



Resultados

D2.1 Recolha e análise de dados para análise preliminar de contextos de referência

O projeto recebeu financiamento do SMP Cosme da União Europeia programa ao abrigo do Acordo de subvenção n.º 101074094

Número do Tópico: D2.1

Data de entrega: 31/10/2022

Natureza: R - Relatório

Nível de difusão: Sen- Sensível

Pacote de trabalho: WP2

Beneficiário principal: Rede Europeia de Empresas de Integração Social (ENSIE)

Parceiros: Fondazione Comunitaria di Agrigento e Trapani

(FCAT); Município de Katerini (MUKA); Mancomunidad De la Ribera Alta (MANRA);

Município de Paredes; Município de Alcamo.

Página de controlo de ficheiros	
Âmbito	Recolha e análise de dados para análise preliminar de contextos de referência
Criador	Rede Europeia de Empresas de Integração Social (ENSIE)
Descrição	D2.1 Recolha e análise de dados para análise preliminar de contextos de referência (ENSIE em cooperação com todas as organizações parceiras) Relatório Público - Formato - eletrónico, inglês (traduzido em línguas nacionais dos parceiros) - Publicação através canais / website / meios de comunicação social das organizações parceiras
Contribuição	Todos os outros parceiros
Data da criação	01/07/2022
Tipo	Documento, Relatório
Idioma	Inglês
Nível de Disseminação	<input checked="" type="checkbox"/> Sensível <input type="checkbox"/> Público
Estado da Revisão	<input checked="" type="checkbox"/> WP líder aceite



Co-funded by
the European Union

Projeto BREED | Acordo de subvenção n. 101074094 - BREED - SMP-COSME-2021-RESILIENCE
O apoio da Comissão Europeia à produção da presente publicação não constitui um endosso do conteúdo, que refletem apenas a opinião dos autores, e a Comissão não pode ser responsabilizada por qualquer utilização que possa ser feita com as informações contidas nas mesmas.

Índice

1.INTRODUÇÃO	7
2.METODOLOGIA.....	8
3.ECONOMIA SOCIAL A NÍVEL EUROPEU	9
4. ECONOMIA SOCIAL A NÍVEL REGIONAL E LOCAL	11
4.1. Conhecimento e trabalho no domínio da economia social	11
4.2. Sector de atividade e economia social	12
4.3. Criação de redes.....	13
4.4. Recursos financeiros e humanos.....	14
4.5. Apoio público	15
4.6. Parceria.....	16
5. UMA VISÃO GERAL NACIONAL.....	17
5.1. Grécia	17
5.2. Itália.....	18
5.3. Portugal	20
5.4. Espanha	22
6. Conclusão	23



Co-funded by
the European Union

Projeto BREED | Acordo de subvenção n. 101074094 - BREED - SMP-COSME-2021-RESILIENCE

O apoio da Comissão Europeia à produção da presente publicação não constitui um endosso do conteúdo, que refletem apenas a opinião dos autores, e a Comissão não pode ser responsabilizada por qualquer utilização que possa ser feita com as informações contidas nas mesmas.

História da mudança		
Versão	Data	Descrição
0.1	31/07/2022	Criação do documento; Pesquisa documental e recolha a nível da EU; Recolha de dados em referência/contextos através de inquéritos.
0.2	31/10/2022	Atualizações e complementos; Versão final



Co-funded by
the European Union

Projeto BREED | Acordo de subvenção n. 101074094 - BREED - SMP-COSME-2021-RESILIENCE
O apoio da Comissão Europeia à produção da presente publicação não constitui um endosso do conteúdo, que refletem apenas a opinião dos autores, e a Comissão não pode ser responsabilizada por qualquer utilização que possa ser feita com as informações contidas nas mesmas.

Lista de abreviaturas:

BREED: Construção de Resiliência Comunitária e Desenvolvimento Sustentável através da Economia Social

D2.1: Resultados 2.1 "Recolha e análise de dados para análise preliminar de contextos de referência transnacional".

UE: União Europeia

SEAP: Plano de Ação de Economia Social

SRPP: Compras Públicas Socialmente Responsáveis

TG: Grupo-alvo



Co-funded by
the European Union

Projeto BREED | Acordo de subvenção n. 101074094 - BREED - SMP-COSME-2021-RESILIENCE
O apoio da Comissão Europeia à produção da presente publicação não constitui um endosso do conteúdo, que refletem apenas a opinião dos autores, e a Comissão não pode ser responsabilizada por qualquer utilização que possa ser feita com as informações contidas nas mesmas.



Co-funded by
the European Union

Projeto BREED | Acordo de subvenção n. 101074094 - BREED - SMP-COSME-2021-RESILIENCE
O apoio da Comissão Europeia à produção da presente publicação não constitui um endosso do conteúdo, que refletem apenas a opinião dos autores, e a Comissão não pode ser responsabilizada por qualquer utilização que possa ser feita com as informações contidas nas mesmas.

1. INTRODUÇÃO

Construir a Resiliência Comunitária e o Desenvolvimento Sustentável através da Economia Social (BREED) é um projeto europeu que envolve vários e diferentes parceiros como um consórcio, entre as autoridades públicas, os stakeholders e as organizações da economia social da Bélgica, Grécia, Itália, Portugal e Espanha. O principal objetivo do BREED é aumentar a capacidade das administrações públicas e organizações da economia social, incluindo a sociedade civil, a fim de promover mudança social e impulsionar as condições necessárias para a economia social nas regiões envolvidas pelo projeto e outras. Além disso, o BREED deseja construir um projeto resiliente, inclusivo e de crescimento comunitário sustentável através do envolvimento de vários atores e organizações tais como administrações públicas locais, cooperativas sociais, pequenas e médias empresas, empresas sociais agentes económicos provenientes dos setores público e privado, associações sem fins lucrativos e comunidade local. Ao trabalhar em conjunto, este grupo de atores chave potenciará a economia social, ecossistemas e estratégias de codesenvolvimento a fim de alcançar os objetivos estabelecidos.

O trabalho de "Recolha e análise de dados para síntese preliminar dos contextos de referência transnacional" (D2.1) foi desenvolvido pela Rede Europeia de Integração Social de Empresas (ENSIE) em cooperação com todos os parceiros do projeto. O principal objetivo de D2.1 é prestar apoio adaptado às necessidades de cada comunidade e região através do mapeamento social dos desafios enfrentados, das possibilidades e também das potencialidades. Este documento oferece uma visão geral do contexto de economia social, em cada área local, que faz parte do projeto e dá a oportunidade de destacar e compreender as necessidades específicas dos empreendedores sociais em termos financeiros, administrativos, jurídicos, regulamentares, e de mercado. Por conseguinte, o objetivo é captar aspetos críticos, perspetivas e identificar áreas de melhoria e desenvolvimento de capacidades no domínio da economia social a nível local.

Para o efeito, o D2.1 contém a abordagem, a metodologia, de forma a recolher toda a informação necessária que aparece nesta análise para contextos de referência preliminar. Seguir-se-á uma secção que explicará os instrumentos disponíveis a nível europeu para promover a economia social a vários níveis, nomeadamente europeu, nacional, regional e local. Em seguida, a parte principal do relatório conterá uma abordagem comparativa transnacional baseada nas informações recolhidas, nos setores público e privado, durante a recolha de dados em cada região dos países envolvidos. Finalmente, será dada uma descrição nacional individual para todos eles, a fim de elaborar um bilhete de identidade específico que reúna a situação atual, os desafios, as oportunidades para o desenvolvimento da economia social e as necessidades específicas.



Co-funded by
the European Union

Projeto BREED | Acordo de subvenção n. 101074094 - BREED - SMP-COSME-2021-RESILIENCE
O apoio da Comissão Europeia à produção da presente publicação não constitui um endosso do conteúdo, que refletem apenas a opinião dos autores, e a Comissão não pode ser responsabilizada por qualquer utilização que possa ser feita com as informações contidas nas mesmas.

2.METODOLOGIA

D2.1 baseia-se na investigação documental seguida de análise quantitativa e qualitativa de cada local comunidade através de questionários e entrevistas dirigidas a dois grupos. Nomeadamente, os principais grupos-alvo (TG) foram identificados, envolvendo os setores privado e público. Por um lado, o setor privado engloba representantes e gestores de cooperativas sociais, pequenas e médias empresas sociais, organizações sem fins lucrativos, associações sem fins lucrativos, outras agentes da economia social tanto do setor público como do privado empenhados na inclusão social, educação, cultura, artes, desporto e desenvolvimento comunitário em geral (TG1). Por outro lado, o setor público contém decisores políticos e gestores da administração pública local escritórios empenhados na economia social e no desenvolvimento comunitário em geral (TG2).

Uma vez que o objetivo do projeto é envolver os atores dos setores privado e público e compreender e mapear as suas necessidades específicas, foram preparados dois questionários separados: um para o setor público e o outro para o setor privado. Cada questionário continha uma definição clara da economia social, para que os inquiridos pudessem compreender esta economia alternativa em termos concretos, se não tivessem um conhecimento prévio da mesma. Assim, a definição utilizada tem sido a seguinte: "A economia social é outra forma de por economia a funcionar quando comparada com o tradicional. As empresas de economia social são caracterizadas por:

- Primazia das pessoas e do objetivo social sobre o capital;
- Governação democrática;
- Solidariedade;
- Reinvestimento da maior parte dos lucros da empresa para realizar os objetivos de desenvolvimento sustentável."¹

Os questionários referem-se a uma série de temas, e as respostas foram recolhidas de acordo com para os seguintes temas:

- Informações gerais: esta parte inclui o nome da organização, o número de empregados, o estatuto jurídico da estrutura, e o cargo do entrevistado;
- Conhecimento e trabalho no domínio da economia social: agrupa o conhecimento da economia social e se a organização trabalha ou não no âmbito da economia social.
- Setor de atividade e economia social: este tema refere-se aos setores de atividade da organização entrevistada com o objetivo de saber se o seu setor é relevante para a economia

¹ <https://www.socialeconomy.eu.org/the-social-economy/>



Co-funded by
the European Union

social e se existem oportunidades de trabalho, relacionadas com a economia social, na sua região.

- Trabalho em rede: fornece uma visão geral da situação das atividades em rede e da sua implementação na área local.

- Recursos financeiros e humanos: informa principalmente sobre a situação relativa aos recursos humanos para a promoção, o desenvolvimento e a implementação da economia social e também a integração de grupos desfavorecidos na entidade. Foi acrescentada uma questão relativa à situação financeira do setor privado.

- Apoio ao público: diz respeito aos planos de ação específicos implementados pelas autoridades locais para a promoção da economia social e utilizados pelo setor privado, e também as medidas necessárias (por exemplo, subsídios) para criar/desenvolver a organização e/ou a inserção de grupos desfavorecidos. A contratação pública socialmente responsável (SRPP) fez parte da discussão através do envolvimento de ambos os setores e dos obstáculos enfrentados para a utilização adequada deste tipo de contratação.

- Parcerias: esta parte fornece informações sobre se existe cooperação entre os dois setores e se existe vontade de construir uma parceria entre eles.

Ambas as formas de questionários foram enviadas para a administração pública local e regional envolvida no projeto: Município de Katerini (Grécia), Município de Alcamo (Itália), Município de Paredes (Portugal) e Mancomunidad de la Ribera Alta (Espanha). Além disso, foi pedido a estas autoridades públicas que traduzissem os dois questionários para a sua própria língua, a fim de chegar mais facilmente à população local. Em termos da sua divulgação, cada parceiro procedeu de forma diferente, com base no seu sistema de funcionamento público e do contexto local. Assim, o questionário poderia tomar a forma de entrevistas presenciais, entrevistas online, etc. No total, a recolha de dados para o D2.1 atingiu 92 diferentes partes interessadas da Grécia, Itália, Portugal e Espanha, incluindo 39 do setor público e 53 do setor privado.

3.ECONOMIA SOCIAL A NÍVEL EUROPEU

A necessidade de uma abordagem mais social da economia foi sentida de forma mais aguda durante a pandemia e o atual sistema económico mostrou as suas próprias limitações. No contexto da União Europeia (UE), muitas medidas foram adotadas e as políticas foram reforçadas para resolver de melhor forma os problemas. Em termos das necessidades europeias e tendo em consideração os desafios sociais, económicos, tecnológicos e ecológicos que a sociedade enfrenta, uma sociedade mais inclusiva e resiliente é desejável por todas as partes interessadas para obter uma transformação justa.



Co-funded by
the European Union

Projeto BREED | Acordo de subvenção n. 101074094 - BREED - SMP-COSME-2021-RESILIENCE
O apoio da Comissão Europeia à produção da presente publicação não constitui um endosso do conteúdo, que refletem apenas a opinião dos autores, e a Comissão não pode ser responsabilizada por qualquer utilização que possa ser feita com as informações contidas nas mesmas.

A economia social tem demonstrado a sua importância no mercado de trabalho europeu. Por exemplo, mais de 2,8 milhões de empresas sociais empregam mais de 13,6 pessoas, que representam 6,3% da população ativa da UE-28². No que diz respeito ao impacto no mercado de trabalho e na vida quotidiana dos europeus, a economia social está a contribuir para o pilar europeu dos direitos sociais e também para os objetivos do desenvolvimento sustentável, tais como trabalho digno e crescimento económico, redução da pobreza e das desigualdades, cidades e comunidades sustentáveis, etc. A economia social é, portanto, entendida como uma economia alternativa que pode lidar com estes principais desafios acima mencionados. Está também a fornecer soluções sociais inovadoras para estas questões através da criação de empregos, da inclusão social, da integração laboral de grupos desfavorecidos, e da contribuição para as transições digitais e verdes, oferecendo bens e serviços sustentáveis.

Com o objetivo de abordar os problemas identificados e propor soluções adequadas, a Comissão Europeia iniciou e adotou o Plano de Ação de Economia Social (SEAP) em dezembro de 2021. Este plano precisa de ser adotado por outras instituições da UE nos próximos anos, uma vez que inclui uma variedade de medidas e políticas a favor do setor da economia social. O contexto europeu tinha mostrado claramente uma necessidade real de abraçar a economia social nas atividades quotidianas de cada Estado Membro a nível nacional, regional e local. Três áreas principais foram identificadas pela Comissão Europeia no SEAP, a fim de estimular a promoção e o desenvolvimento da economia social a nível da UE. São as seguintes: ambiente empresarial; oportunidades e reforço de capacidades; sensibilização e reconhecimento.

Em primeiro lugar, o ambiente empresarial diz respeito ao enquadramento global a nível da UE, desenvolvendo quadros políticos e jurídicos coerentes através da consideração do contexto nacional, da diversidade das formas jurídicas cobertas pela economia social e das necessidades. O reforço do SRPP e o apoio financeiro público também fazem parte do ponto do ambiente empresarial, a fim de facilitar às empresas sociais o acesso aos mercados e de incluir objetivos sociais e ambientais. A promoção da economia social a nível regional e local é outro ponto que a Comissão Europeia mencionou. De facto, a economia social é um instrumento importante para o desenvolvimento económico local, a fim de revitalizar as zonas rurais europeias e promover uma sociedade inclusiva, sustentável e resiliente.

Em segundo lugar, as oportunidades e a capacitação das entidades da economia social incluem apoio às empresas e à capacitação como agentes da economia social com características empresariais com uma dimensão sustentável para o desenvolvimento do emprego e do crescimento. Há um foco específico na promoção do empreendedorismo social entre os jovens e alguns grupos vulneráveis tais como migrantes, refugiados, adultos pouco qualificados, ex-reclusos, pessoas com deficiência e outras pessoas frequentemente discriminadas no mercado

² Ficha de informação: Plano de Ação de Economia Social (2021)

<https://ec.europa.eu/social/main.jsp?catId=1537&langId=en> UE-28 inclui Bélgica, Bulgária, República Checa, Dinamarca, Alemanha, Estónia, Irlanda, Grécia, Espanha, França, Croácia, Itália, Chipre, Letónia, Lituânia, Luxemburgo, Hungria, Malta, Holanda, Áustria, Polónia, Portugal, Roménia, Eslovénia, Eslováquia, Finlândia, Suécia e Reino Unido



Co-funded by
the European Union

de trabalho. A promoção e o desenvolvimento são possíveis quer seja implementado um acesso adequado ao financiamento a nível da UE e nacional. Por conseguinte, é necessário melhorar o acesso ao financiamento através de novos mecanismos, uma melhor compreensão da medição do impacto social e complementar instrumentos financeiros. Além disso, a economia social e os seus atores contribuem para obter uma transição verde e digital justa, oferecendo práticas e serviços sustentáveis. A ideia é reforçar a inovação social e maximizar esta contribuição através do reforço das capacidades verdes e digitais das empresas sociais a nível regional e local através do trabalho com as autoridades públicas e parcerias entre diferentes setores.

E, em terceiro lugar, o foco é o reforço da sensibilização e do reconhecimento da economia social e do seu potencial. Os principais objetivos são promover a economia social e aumentar a visibilidade dos seus diferentes atores entre o público, incluindo os grupos vulneráveis, a fim de abordar o impacto positivo através da adoção da economia social na rotina diária de trabalho. Além disso, os dados-chave existentes são frequentemente incompletos ou não refletem a realidade das entidades que trabalham no domínio da economia social. Por conseguinte, é crucial obter dados completos para ajudar ao seu conhecimento e reconhecimento.

Estas três áreas principais acima mencionadas apontam a abordagem europeia da economia social e as necessidades a este nível. Além disso, é também essencial considerar a situação da economia social no contexto local específico, a fim de compreender o contexto local e as necessidades particulares dos diferentes intervenientes envolvidos no domínio da economia social para uma melhor abordagem. Esta é a razão pela qual esta análise foi realizada: para adaptar melhor as próximas ações do projeto BREED, incluindo a implementação de missões sociais locais (D2.2 Relatório sobre a missão social transnacional) e a elaboração de planos de ação de economia social local (D2.3 Compêndio de orientações para o desenvolvimento dos planos de ação social).

4. ECONOMIA SOCIAL A NÍVEL REGIONAL E LOCAL

4.1. Conhecimento e trabalho no domínio da economia social

O conhecimento da economia social é um ponto de partida essencial para que as comunidades locais e regionais promovam e desenvolvam ações de acordo com os princípios desta forma de economia. De facto, estas ações podem ter um impacto positivo na medida em que respondem às necessidades específicas da comunidade, ao mesmo tempo que apoiam um ambiente de vida e de trabalho mais inclusivo, resiliente e sustentável. No geral, a economia social é conhecida pelos sectores privado e público em Portugal e Itália, enquanto que na Grécia se sente uma falta de consciência em ambos os sectores. É possível distinguir uma certa disparidade e heterogeneidade em Espanha, uma vez que as autoridades públicas declaram conhecimento da



Co-funded by
the European Union

Projeto BREED | Acordo de subvenção n. 101074094 - BREED - SMP-COSME-2021-RESILIENCE
O apoio da Comissão Europeia à produção da presente publicação não constitui um endosso do conteúdo, que refletem apenas a opinião dos autores, e a Comissão não pode ser responsabilizada por qualquer utilização que possa ser feita com as informações contidas nas mesmas.

economia social, enquanto que a maioria das organizações do setor privado exprimem o contrário.

As estruturas privadas em Itália, Portugal e metade delas em Espanha, que trabalham na economia social, centram-se na inclusão social, integração laboral de pessoas vulneráveis, apoio a empresas sociais e inovação social. O setor privado pode ter um vasto leque de ações devido ao envolvimento do setor público em Espanha e Portugal na promoção e desenvolvimento da economia social a nível regional e local. De facto, as entidades públicas em Portugal afirmam lidar com a economia social apoiando as organizações e as associações sociais com o objetivo de promover o seu desenvolvimento e envolvimento. A situação é quase idêntica em Espanha, com um foco específico nos projetos europeus de criação e desenvolvimento de empresas sociais. Embora as entidades públicas familiarizadas com a economia social não sejam maioritárias na Grécia, estas operam nos domínios do emprego de pessoas com deficiência, educação, cultura e desporto. No entanto, as organizações privadas no mesmo país não optam concretamente por ações que sigam a economia social.

Há duas razões principais para o grande número de atividades relacionadas com a economia social. A primeira é a natureza das estruturas privadas, uma vez que incluem na sua maioria cooperativas sociais, associações e organizações sem fins lucrativos em Itália e Portugal. A segunda razão é o conhecimento da economia social. Quando é conhecido e compreendido pelas autoridades públicas e pelo sector privado, a promoção e o desenvolvimento das atividades da economia social aumentam. Contudo, podem surgir exceções em Itália, onde o setor público não realiza tantas ações neste domínio, embora esteja ciente disso. Além disso, algumas estruturas privadas na Grécia afirmam ter dificuldades devido a razões de sustentabilidade, consideradas como um obstáculo para o desenvolvimento de atividades.

4.2. Sector de atividade e economia social

Uma grande parte das entidades privadas, nos quatro países participantes, provém dos setores da agricultura, cultura, desporto, juventude, educação, hotelaria, serviços sociais com algumas especificidades sobre telecomunicações, indústria da construção, serviços bancários e jurídicos (por exemplo, Grécia) ou formação, setor da beleza, economia circular (por exemplo, Espanha). Quando se trata de entidades públicas, estas trabalham principalmente no domínio da educação, serviços sociais e juventude.

A relevância dos setores de atividade das organizações privadas e públicas é demonstrada em vários campos de ação comuns. Estes são a resposta às necessidades das comunidades locais e regionais e, nomeadamente, às necessidades específicas da integração laboral de grupos vulneráveis ou de manutenção e criação de atividades de capacitação. Além disso, são também mencionadas a criação de empregos, a promoção da coesão social e a formação relacionada com a transformação digital, o empreendedorismo e as competências técnicas. O setor público em Itália e Espanha também sublinha a importância do seu papel através de projetos europeus,



Co-funded by
the European Union

Projeto BREED | Acordo de subvenção n. 101074094 - BREED - SMP-COSME-2021-RESILIENCE
O apoio da Comissão Europeia à produção da presente publicação não constitui um endosso do conteúdo, que refletem apenas a opinião dos autores, e a Comissão não pode ser responsabilizada por qualquer utilização que possa ser feita com as informações contidas nas mesmas.

oportunidades de financiamento e o desenvolvimento de políticas regionais e locais para promover e implementar a economia social através de espaços e oportunidades. Além disso, o foco é colocado no desenvolvimento da cooperação das autoridades públicas, com os jovens e organizações de voluntariado, na Grécia e em Portugal, para operar estruturas sociais para grupos desfavorecidos.

De forma geral, a maioria dos atores pertencentes ao setor privado não estão conscientes das oportunidades de negócio e, de trabalho no domínio da economia social, na sua região. Alguns pensam que não existem oportunidades neste sentido (por exemplo, Portugal) ou muito poucas oportunidades (por exemplo, Espanha, Itália). No entanto, vários setores de atividade são globalmente considerados como oportunidades tais como a agricultura, serviços sociais, energia, artesanato, formação, desporto e educação. A criação e desenvolvimento de associações, cooperativas e outras formas são também vistas como oportunidades para a integração de pessoas desfavorecidas. É também dada ênfase à criação de bolsas e intercâmbios de emprego, bem como ao desenvolvimento e implementação de metodologias para avaliar o impacto socioeconómico das empresas e estruturas da economia social.

Embora existam oportunidades empresariais e de trabalho, as organizações privadas não pensaram em converter o seu setor empresarial durante a pandemia. Algumas fizeram alterações internas devido ao contexto da saúde, tais como a formação à distância e novas formas de trabalho (por exemplo, Portugal, Itália). De acordo com os resultados do inquérito, apenas uma estrutura privada em Espanha decidiu adaptar-se às circunstâncias da situação pandémica e abrir uma loja que vendesse produtos a granel, uma vez que reunia importantes valores sociais e ambientais.

De acordo com o setor público, a economia social oferece várias oportunidades de trabalho para as comunidades locais e regionais em todos os países participantes. De facto, proporciona uma solução direta e fiável para os novos desafios através de recursos diretos e indiretos nos quais se pode basear uma integração social e laboral potencialmente eficaz. Isto implica oportunidades de emprego mais inclusivas, empreendedorismo vibrante, a criação e o desenvolvimento de cooperativas e iniciativas de trabalho, em trabalho social público e privado. Alguns setores de atividades em Espanha são mais suscetíveis a incluir oportunidades de trabalho como a agricultura e a energia. Devido à característica industrial da região em Portugal, muitas oportunidades giram em torno do setor industrial, especialmente o sector do mobiliário. Contudo, pode-se observar que uma grande parte do setor público na Grécia não tem qualquer conhecimento sobre as oportunidades de trabalho relacionadas com a economia social.

4.3. Criação de redes



Co-funded by
the European Union

Projeto BREED | Acordo de subvenção n. 101074094 - BREED - SMP-COSME-2021-RESILIENCE
O apoio da Comissão Europeia à produção da presente publicação não constitui um endosso do conteúdo, que refletem apenas a opinião dos autores, e a Comissão não pode ser responsabilizada por qualquer utilização que possa ser feita com as informações contidas nas mesmas.

O trabalho em rede é visto como uma ferramenta indispensável para o intercâmbio de ideias, oportunidades e construção de uma rede sólida de acordo com os setores de atividade. Permite também um desenvolvimento mais preciso das relações favoráveis necessárias para a promoção e desenvolvimento da economia social a nível regional e local. Em termos gerais, as sessões de trabalho em rede não são criadas e/ou não são suficientemente desenvolvidas pelas autoridades públicas locais dos quatro países participantes. Esta falta de momentos de trabalho em rede é, portanto, é um dos principais obstáculos ao desenvolvimento da economia social e ao seu impacto nas comunidades regionais e locais.

A grande maioria das organizações privadas não participa em iniciativas públicas de criação de redes dedicadas à economia social em Portugal, Espanha e Itália, enquanto na Grécia nenhuma participa. Embora muito poucos participem em eventos de criação de redes organizados por atores públicos locais, a ênfase em Itália, por exemplo, é particularmente posta em iniciativas propostas pelo setor privado, tais como a conferência "Resilea": A comunidade faz negócios" tendo como objetivo a criação de uma rede destinada a desenvolver uma abordagem sistémica para a resiliência sócio-ecológica da ilha. No entanto, algumas parcerias entre os dois setores são também vistas como oportunidades de trabalho em rede (por exemplo, Portugal, Espanha).

Do lado do setor público, as entidades dos quatro países também afirmam a falta de sessões de trabalho em rede no domínio da economia social. Algumas iniciativas locais e regionais são implementadas, tais como "Paredes pela Inclusão"(APPIS) permite o trabalho em rede (por exemplo, Portugal) e formação e workshops (por exemplo, Espanha). Além disso, BREED é considerado pelas autoridades públicas gregas como um impulso para o trabalho em rede no domínio da economia social. Ambos os setores sublinham a urgência de desenvolver tais iniciativas a fim de permitir encontros e intercâmbios enriquecedores.

4.4. Recursos financeiros e humanos

Os recursos humanos são um elemento essencial da organização interna de qualquer estrutura, seja no setor privado ou no setor público. De facto, este aspeto interno permite o desenvolvimento de atividades e a realização de objetivos previamente estabelecidos pelas entidades. Além disso, os recursos financeiros estão principalmente relacionados com o setor privado devido à falta de financiamento e a certas questões relativas às suas fontes de receitas. Este é um elemento a ser considerado, pois tem um impacto direto na capacidade humana das organizações privadas em termos do número de empregados, por exemplo.

Os principais desafios enfrentados pelo setor privado em termos de recursos humanos e financeiros são bastante diversos e dependem da situação nacional. Em Portugal, pode-se observar o absentismo dos empregados, a dificuldade em alcançar uma certa estabilidade financeira e uma dependência dos beneficiários, bem como dos projetos. Organizações privadas, na Grécia, afirmam que as suas principais fontes de receitas são as vendas de bens e serviços e algumas subvenções europeias e nacionais, ao mesmo tempo que mencionam a crise climática



Co-funded by
the European Union

Projeto BREED | Acordo de subvenção n. 101074094 - BREED - SMP-COSME-2021-RESILIENCE
O apoio da Comissão Europeia à produção da presente publicação não constitui um endosso do conteúdo, que refletem apenas a opinião dos autores, e a Comissão não pode ser responsabilizada por qualquer utilização que possa ser feita com as informações contidas nas mesmas.

e o crescimento do negócio como desafios. Quanto a Espanha, algumas entidades enfrentam dificuldades para contratar empregados, uma vez que os seus recursos financeiros são assustadores neste momento. As estruturas privadas em Portugal, Itália e Grécia, bem como as entidades públicas em Portugal, não empregam pessoas em situações vulneráveis. Porém, em algumas organizações privadas em Espanha, é possível notar jovens, mulheres com mais de 45 anos, pessoas de famílias que vivem em zonas deprimidas e migrantes. A situação parece ser mais positiva no setor público em Itália, Espanha e Grécia, dado que algumas estruturas permitem a integração profissional de grupos desfavorecidos, particularmente pessoas com deficiência.

No geral, as entidades públicas dos quatro países participantes não têm um funcionário que trabalhe especificamente na economia social, nem os funcionários estão cientes desta informação. No entanto, alguns departamentos das autoridades locais e regionais estão a trabalhar na economia social. Estes departamentos podem ser o Departamento de Ação Social (e.g., Portugal) ou o Departamento de Promoção Económica, o Departamento de Emprego, Formação e Empreendedorismo (e.g., Espanha) ou a Empresa de Benefícios Públicos do Município de Katerini (e.g., Grécia) que contribuem para o desenvolvimento social e económico. Ter um funcionário público responsável principalmente pela economia social poderia de facto ser útil e é considerado como um ponto positivo a fim de promover um melhor dinamismo entre os setores e desenvolver ainda mais a economia social. No entanto, adverte-se de que as condições atuais não permitem a criação de tal posição devido à complexidade dos regulamentos (por exemplo, Itália) e à pequena dimensão das entidades e respetiva área de cobertura (por exemplo, Portugal).

4.5. Apoio público

Devido à natureza jurídica das estruturas privadas e às suas dificuldades em termos de recursos financeiros, o apoio público é uma das oportunidades mais importantes para aqueles que desejam promover e desenvolver atividades. No geral, a maioria das autoridades públicas não tem um plano de ação específico para a promoção da economia social, embora a nível local, em Espanha e Portugal, este esteja muito mais desenvolvido. É dada especial ênfase ao aspeto transversal, à criação de empregos e ao desejo de alcançar um modelo económico e social mais sustentável. Além disso, muitas medidas de apoio, incluindo as financeiras, são postas em prática nos territórios em causa. Destinam-se à criação de empresas sociais, à integração profissional de grupos vulneráveis, ao empreendedorismo, mas também a setores específicos de atividades como a reciclagem, as energias renováveis e a formação. Embora sejam propostas medidas para apoiar o desenvolvimento de organizações e/ou o emprego de pessoas vulneráveis, a maioria do setor privado não recebe apoio em Itália, Portugal e Grécia. Por outro lado, as estruturas espanholas continuam atentas às subvenções e propostas públicas da UE, autoridades públicas nacionais e regionais. Devido à falta de apoio, as organizações privadas em Itália estão a diversificar as suas fontes de receitas, optando por fundos privados.



Co-funded by
the European Union

Projeto BREED | Acordo de subvenção n. 101074094 - BREED - SMP-COSME-2021-RESILIENCE
O apoio da Comissão Europeia à produção da presente publicação não constitui um endosso do conteúdo, que refletem apenas a opinião dos autores, e a Comissão não pode ser responsabilizada por qualquer utilização que possa ser feita com as informações contidas nas mesmas.

No que diz respeito ao SRPP, os funcionários do setor público não sabem se a sua entidade oferece esta contratação alternativa em Portugal e Espanha, enquanto que a maioria deles não está envolvida em Itália. Além disso, é importante sublinhar que uma grande parte na Grécia não está familiarizada com o termo "contratos públicos socialmente responsáveis". No entanto, é possível relatar algumas situações em que tem sido utilizado em Espanha. Esta afirmação corresponde à situação mencionada pelo setor privado. De facto, este último não participou predominantemente e/ou ganhou contratos reservados na SRPP, mas alguns podem juntar-se à implementação de um programa sobre objetivos de desenvolvimento sustentável (por exemplo, Espanha). No que respeita às possibilidades de utilização desta forma de contratos públicos num futuro próximo, observa-se uma falta de conhecimento sobre ela nos quatro países, embora o setor público em Itália esteja a considerar fortemente a sua utilização.

Obstáculos não facilitam necessariamente o envolvimento no SRPP. Pode-se observar que a identificação de dificuldades difere entre o setor privado e o setor público. De facto, a burocracia foi identificada como o maior obstáculo à participação concreta devido à falta de compreensão e incerteza, enquanto que o setor público reconheceu uma falta de conhecimento sobre o assunto. Para as outras barreiras identificadas pelo setor privado, a burocracia é seguida de falta de conhecimento, barreiras legais, e do tempo gasto. Quanto ao setor público, as dificuldades provêm da legislação e da cultura, mas também de uma contraíndicação orçamental e perceção pública (por exemplo, Portugal), a falta de recursos humanos (por exemplo, Grécia) e o tipo de atividades e a falta de trabalho em rede (por exemplo, Itália). Estes elementos não permitem necessariamente uma maior promoção e desenvolvimento do SRPP.

4.6. Parceria

A parceria é outro elemento a considerar quando se trata de realizar ações para promover e desenvolver um determinado tema. De facto, oferece facilidades, conhecimentos e um maior impacto que seriam indispensáveis para a economia social. A cooperação entre os setores, público e privado, é ainda, geralmente, difícil nos países participantes. Embora as parcerias sejam criadas e desenvolvidas através de programas e projetos, a maioria das organizações privadas não colabora com entidades públicas regionais e locais em Portugal, Itália e Espanha. Quanto às estruturas do setor privado na Grécia, nenhuma delas cooperou nem está atualmente a cooperar com as autoridades públicas. A falta de informação sobre o conhecimento de uma possível parceria destaca-se para ambos os setores na Grécia.

Quanto ao setor público, a situação é diferente, pois a maioria das entidades públicas afirma cooperar com estruturas privadas no domínio da economia social, nomeadamente através da compra de produtos sustentáveis (por exemplo, Portugal) e da promoção de projetos e programas, bem como do apoio a cooperativas, por exemplo (por exemplo, Espanha). Por outro lado, a Itália encontra-se no meio-termo, uma vez que a maioria das autoridades públicas assinalou uma ausência de parcerias com o setor privado, enquanto que na Grécia, onde não é



Co-funded by
the European Union

Projeto BREED | Acordo de subvenção n. 101074094 - BREED - SMP-COSME-2021-RESILIENCE
O apoio da Comissão Europeia à produção da presente publicação não constitui um endosso do conteúdo, que refletem apenas a opinião dos autores, e a Comissão não pode ser responsabilizada por qualquer utilização que possa ser feita com as informações contidas nas mesmas.

relatada qualquer cooperação e os trabalhadores não sabem se tal parceria se desenvolveu na sua região.

No geral, os setores privado e público estão interessados em continuar as suas várias parcerias em Portugal e Espanha. Existe, portanto, uma forte vontade de ambas as partes de promover e desenvolver a economia social nas suas comunidades. De facto, as estruturas privadas e públicas estão bem conscientes de que uma cooperação estreita seria mais do que benéfica para satisfazer as necessidades das comunidades e para o intercâmbio de boas práticas e conhecimentos. Assim, esta parceria apoiaria e encorajaria ainda mais os objetivos sustentáveis. No contexto italiano, o setor privado está aberto a continuar a desenvolver a sua parceria com as administrações públicas locais e regionais para implementar ações sustentáveis e inclusivas e para aumentar as oportunidades de trabalho. Embora a maioria deles seja também favorável ao desenvolvimento desta cooperação, existe uma certa relutância em relação às condições da parceria. A situação na Grécia é bastante diferente, uma vez que a dificuldade está no setor privado, enquanto as autoridades públicas estão dispostas a iniciar a cooperação devido à flexibilidade e eficácia das estruturas privadas para alcançar um impacto positivo.

5. UMA VISÃO GERAL NACIONAL

5.1. Grécia

No âmbito deste relatório, no total, 13 entrevistas com o setor público e 14 com o setor privado foram conduzidas pelo Município de Katerini. O setor privado incluiu principalmente uma variedade de organizações, tais como instituições bancárias, hotéis e empresas de pequena e média dimensão. São principalmente da indústria da construção, educação, hotelaria, indústria de maquinaria, direito e serviços bancários, e telecomunicações. Para o setor público, são o Município de Katerini, Universidade, Operador de rede de distribuição de eletricidade, etc.

No geral, 61,5% do setor público não tinha conhecimentos de economia social, enquanto que este último é menos conhecido no setor privado com uma percentagem de 78,6%. Pode-se observar que a economia social foi definida como uma forma alternativa de economia, um empreendedorismo que inclui e proporciona igualmente oportunidades de emprego a todos os grupos sociais, uma economia solidária que não estabelece o lucro como objetivo próprio ou uma economia que cobre as necessidades do estrato social mais fraco. Em termos de trabalho com a economia social, verificou-se uma clara diferença entre os dois sectores. O setor privado não está a lidar com a economia social. Os princípios da ética empresarial são bastante semelhantes aos valores da economia social, mas as razões de sustentabilidade, a falta de conhecimento e o alcance da empresa são mencionados como questões-chave. A situação é



Co-funded by
the European Union

Projeto BREED | Acordo de subvenção n. 101074094 - BREED - SMP-COSME-2021-RESILIENCE
O apoio da Comissão Europeia à produção da presente publicação não constitui um endosso do conteúdo, que refletem apenas a opinião dos autores, e a Comissão não pode ser responsabilizada por qualquer utilização que possa ser feita com as informações contidas nas mesmas.

diferente no setor público, uma vez que alguns trabalhos sobre o emprego de pessoas com deficiência, clínica social, e centro de aconselhamento para mulheres vítimas de abuso.

Os setores de atividade das estruturas privadas e públicas podem ser relevantes para a economia social através da integração laboral de grupos desfavorecidos. Esta integração pode incluir trabalhadores não qualificados, pessoas com deficiência, ciganos, imigrantes e refugiados. É possível através de uma estreita cooperação de empresas e entidades sociais a criação de redes locais de solidariedade social e do envolvimento de organizações voluntárias. Por conseguinte, a ideia é fornecer os recursos necessários para melhorar a vida e a qualidade de vida destas pessoas. Normalmente, as entidades públicas e privadas não estão conscientes das oportunidades de trabalho na sua região.

Quando se trata de iniciativas de trabalho em rede, pode-se observar que não são muitas as atividades em rede implementadas pelas autoridades públicas e esta falta de trabalho em rede reflete-se no setor privado. No entanto, o BREED é visto como um impulso para implementar atividades e como uma oportunidade de trabalho em rede para os atores da economia social. No que respeita aos recursos financeiros e humanos, o setor privado afirma que as fontes das suas receitas provêm das vendas de bens e serviços e de algumas subvenções europeias e nacionais. Podemos notar que um funcionário não está a trabalhar exclusivamente na economia social. Relativamente à integração laboral de grupos desfavorecidos, não acontece no setor privado enquanto que uma diferença pode ser observada no setor público, uma vez que as pessoas com deficiência podem ser contratadas.

No geral, as medidas públicas de apoio à criação e ao desenvolvimento de empresas sociais estão disponíveis através de programas de benefícios sociais e contribuições de seguros para a integração laboral de grupos vulneráveis no mercado de trabalho, especialmente as pessoas com deficiência. Embora algumas medidas estejam em vigor, o setor privado não recebeu subsídios e apoios. Além disso, o SRPP não é utilizado pelas administrações públicas e organizações privadas. A combinação de burocracia e falta de conhecimento são os elementos-chave que limitam o envolvimento e tornam o procedimento difícil e demorado. Os outros elementos foram os seguintes: obstáculo legal, falta de recursos humanos e obstáculo cultural.

Finalmente, na área da cooperação, os dois setores não trabalham em estreita colaboração, mas demonstram um certo nível de vontade para iniciar uma colaboração. Este destina-se a criar mais impacto na sociedade devido à flexibilidade e eficiência do setor privado para alcançar missões sustentáveis. Embora se possa notar um aspeto positivo na cooperação futura, ainda existe um certo nível de desconfiança por parte de algumas organizações privadas.

5.2. Itália

Um total de 21 pessoas foram entrevistadas pelo município de Alcamo, 12 do setor privado e 9 do setor público, tais como entidades públicas locais e escolas locais. Os seus setores de



Co-funded by
the European Union

Projeto BREED | Acordo de subvenção n. 101074094 - BREED - SMP-COSME-2021-RESILIENCE
O apoio da Comissão Europeia à produção da presente publicação não constitui um endosso do conteúdo, que refletem apenas a opinião dos autores, e a Comissão não pode ser responsabilizada por qualquer utilização que possa ser feita com as informações contidas nas mesmas.

atividade são principalmente os serviços sociais, ambiente e proteção territorial. Entre as estruturas privadas, encontramos principalmente cooperativas, organizações sem fins lucrativos, associações não reconhecidas, e pequenas e médias empresas. As suas atividades assentam na agricultura, juventude, educação, desporto, cultura e comércio justo.

No geral, a economia social é conhecida por organizações privadas com 91,67% e também por entidades públicas com 88,90%. É definida como uma resposta a necessidades e desafios específicos, ou uma atividade económica de interesse geral, incluindo cláusulas sociais e valores e princípios éticos comuns. Devido à natureza das estruturas privadas, a maior parte trabalha na economia social. De facto, este trabalho caracteriza-se pelo apoio a empresas sociais, inclusão de pessoas desfavorecidas, criação de emprego, comércio justo, sensibilização e formação. Alguns que não trabalham neste campo explicam as dificuldades organizacionais. Quanto ao setor público, metade não sabe exatamente se as entidades públicas lidam com a economia social, mas para as estruturas envolvidas, o trabalho centra-se em pessoas com deficiência e a inclusão social de vários grupos, e o seu setor de atividade poderia ser relevante, fornecendo fundos públicos e criando mais parcerias com cooperativas.

Relativamente às oportunidades de trabalho para a economia social na região, as autoridades públicas locais declaram que o setor terciário é uma parte essencial das oportunidades, seguido da criação de start-ups para o desenvolvimento do setor privado na economia verde e a criação de empregos. O setor privado tem uma visão mista das oportunidades de negócio e de trabalho. De facto, alguns desconhecem as oportunidades no campo da economia social, enquanto outros reivindicam oportunidades em setores como agricultura, turismo e outras formas de serviços à agricultura familiar. Muitos não se converteram ou não pensaram em converter o seu setor de atividade, na sequência da pandemia, uma vez que não viram necessidade, pois as suas atividades já vinham a decorrer há várias décadas da mesma forma. No entanto, houve um caso em que uma entidade do setor industrial passou a ser consultado e outros simplesmente modificaram a sua estrutura para incluir princípios sociais.

Em termos de trabalho em rede, o setor privado não participa geralmente em sessões organizadas por entidades públicas, mas estaria interessado. Algumas estruturas privadas tomam a iniciativa por si próprias de se encontrarem com potenciais atores, e aqueles que participam sentem que há necessidade de os desenvolver mais. Esta situação reflete-se entre as organizações públicas, uma vez que estas não propõem necessariamente tais iniciativas, mas estão bastante motivadas para o fazer. Para os recursos humanos, o setor público não tem um responsável pela economia social, mas é visto como útil e com alguma relutância devido à complexidade dos regulamentos. Relativamente aos trabalhadores desfavorecidos sob contrato, algumas entidades públicas empregam-nos, mas a situação é diferente no setor privado, uma vez que a maioria não o faz.

As autoridades públicas não propõem um plano de ação que inclua medidas para a promoção da economia social na sua região. Embora sejam propostos subsídios para a integração de pessoas vulneráveis e para a criação e desenvolvimento de empresas sociais, existe ainda uma falta de oportunidades e de conhecimentos por parte das autoridades públicas. De uma forma



Co-funded by
the European Union

Projeto BREED | Acordo de subvenção n. 101074094 - BREED - SMP-COSME-2021-RESILIENCE
O apoio da Comissão Europeia à produção da presente publicação não constitui um endosso do conteúdo, que refletem apenas a opinião dos autores, e a Comissão não pode ser responsabilizada por qualquer utilização que possa ser feita com as informações contidas nas mesmas.

bastante geral, o setor privado não recebe apoio financeiro público e recorre a financiadores privados como fundações e organizações religiosas. Além disso, não participaram e/ou não ganharam contratos reservados na SRPP. Esta situação também ocorre nas entidades públicas com falta de conhecimento sobre este ponto, mas elas gostariam de o utilizar, considerando cuidadosamente as condições e as dificuldades na regulamentação. Outros obstáculos foram os obstáculos culturais, o tipo de atividades e a falta de apresentação por parte dos meios de comunicação social. Quanto ao setor privado, as principais dificuldades no acesso a este tipo de aquisições são a falta de conhecimento, a burocracia e os obstáculos legais. A burocracia complica a apresentação de propostas, pois torna-a muito demorada, e por vezes além de lenta é também pouco clara e incerta sobre a forma como os serviços serão implementados.

A cooperação entre os setores público e privado não está desenvolvida e quase não existe no domínio da economia social. Algumas estruturas privadas sublinham as necessidades de a ter e preenchem esta lacuna com parcerias com o setor privado, mas isto não é considerado suficiente. As organizações que trabalham com as autoridades públicas colaboram em alguns projetos sobre bem-estar e saúde. Ambos os setores são geralmente a favor da cooperação para adquirir novas competências, para implementar diretivas de desenvolvimento sustentável e inclusivo, para aumentar as oportunidades da comunidade e para responder às necessidades das comunidades e dos grupos desfavorecidos. No entanto, algumas entidades públicas continuam relutantes, particularmente no que diz respeito às condições de parceria e, do lado do setor privado, o sistema operacional das autoridades públicas causa uma dificuldade de trabalhar em conjunto.

5.3. Portugal

A recolha de dados foi realizada pelo Município de Paredes, incluindo 12 inquéritos do setor privado e 5 do setor público. Organizações e associações sem fins lucrativos, pequenas e médias empresas, cooperativas, empresas individuais, instituições privadas participaram como setor privado na realização do presente relatório. As suas atividades baseiam-se principalmente na agricultura, têxteis, serviços sociais, educação, formação, consultoria, cultura e desporto. Quanto ao setor público, são entidades públicas, conselhos e instituições e estão envolvidos na educação, gestão e promoção e proteção de crianças e jovens.

As entidades do setor público têm um conhecimento da economia social que destaca as atividades sociais e económicas para o interesse geral da sociedade e o desenvolvimento sustentável das empresas. As entidades públicas afirmam trabalhar no domínio da economia social através do apoio de associações sociais. Relativamente ao setor privado, a economia social não é também uma descoberta, uma vez que é definida como uma resposta a vários desafios, nomeadamente a exclusão social. Este setor está particularmente envolvido na inovação e qualificação do setor social, empreendedorismo social e inclusão social.



Co-funded by
the European Union

Projeto BREED | Acordo de subvenção n. 101074094 - BREED - SMP-COSME-2021-RESILIENCE
O apoio da Comissão Europeia à produção da presente publicação não constitui um endosso do conteúdo, que refletem apenas a opinião dos autores, e a Comissão não pode ser responsabilizada por qualquer utilização que possa ser feita com as informações contidas nas mesmas.

Assim, as entidades privadas afirmam ter um impacto positivo ao considerarem as necessidades da comunidade, dando respostas sociais a grupos vulneráveis, oferecendo formação digital, empreendedorismo, competências técnicas e desenvolvendo as suas atividades através da criação de empregos e da promoção da coesão social. Quanto ao setor público, este assegura um impacto com foco na juventude e a promoção ativa da solidariedade, a fim de contribuir para o desenvolvimento económico e social da sociedade. O carácter industrial da região, como a localização de muitas fábricas, é considerado uma oportunidade de trabalho para as entidades públicas. No entanto, a posição do setor privado para este ponto não é unânime. As estruturas que reivindicam oportunidades de trabalho listam a educação, a formação e o desporto. No domínio da economia social na região, o setor privado identifica muitas possibilidades como a formação para crianças e jovens, a criação de oportunidades de emprego, o desenvolvimento de associações e a produção local. Nenhuma das empresas mudou o seu setor de atividade devido à pandemia, mas foram feitas algumas mudanças internas nos métodos de trabalho e na formação à distância.

Em termos de trabalho em rede, o setor público implementa iniciativas para fomentar o desenvolvimento da economia social na região através de projetos como "Paredes pela Inclusão" no domínio da igualdade, desporto, saúde. Contudo, a grande maioria das organizações privadas não participa nestes momentos de trabalho em rede. No entanto, algumas delas estão envolvidas em iniciativas propostas pelas autoridades públicas através de parcerias e campanhas de luta contra a pobreza e a exclusão social. No que diz respeito aos recursos financeiros e humanos no setor privado, foi dada ênfase aos desafios enfrentados por organizações como as fontes de receitas, a procura de patrocinadores e a luta contra o absentismo. Algumas organizações privadas e públicas empregam pessoas desfavorecidas a fim de promover a inclusão social. Além disso, a maioria das entidades públicas não tem um funcionário a trabalhar na área da economia social, mas algumas têm um departamento dedicado à ação social. A criação deste posto de trabalho é bem percebida por uma maioria, pois poderia ser útil para estimular ainda mais as relações entre organizações e para promover a economia social, embora algumas reportem dificuldades como as áreas geográficas e a dimensão das entidades públicas locais.

Planos de ação são implementados pelas autoridades públicas relacionados com projetos e é oferecido apoio financeiro para a criação de empresas, a integração de grupos vulneráveis, o empreendedorismo através das medidas dos serviços públicos nacionais de emprego. Algumas estruturas privadas recebem, portanto, apoio do público. Os funcionários do setor público não estão cientes da participação de organizações do setor público na SRPP, enquanto muito poucas organizações do setor privado participaram e ganharam contratos. Os obstáculos à prática desta forma de contratação são numerosos. Aproximadamente 60% do setor público relatam uma falta de conhecimento seguida de barreiras legais e culturais e restrições orçamentais. O foco é colocado na necessidade de mudar a opinião pública através dos níveis social, económico e jurídico. Relativamente aos obstáculos expressos pelo setor privado, pode-se observar que 50% aponta a burocracia estatal como um elemento central seguido por falta de conhecimento e ausência de ofertas em termos de produtos e serviços socialmente responsáveis.



Co-funded by
the European Union

Projeto BREED | Acordo de subvenção n. 101074094 - BREED - SMP-COSME-2021-RESILIENCE
O apoio da Comissão Europeia à produção da presente publicação não constitui um endosso do conteúdo, que refletem apenas a opinião dos autores, e a Comissão não pode ser responsabilizada por qualquer utilização que possa ser feita com as informações contidas nas mesmas.

No geral, a colaboração entre os setores público e privado no domínio da economia social existe na região através da Componente de Apoio à Família, rendimento de inserção social e instituições privadas de solidariedade social. As estruturas privadas que não estão a colaborar com o setor público gostariam de desenvolver redes e parcerias para estabelecer uma relação de proximidade. De facto, a partilha promoveria a economia social e acrescentaria valor às suas atividades. A economia social desempenha também um papel indispensável para as necessidades dos setores mais fracos da sociedade. Relativamente às entidades públicas, desejam continuar a sua colaboração com o setor privado, enfatizando o intercâmbio de conhecimentos e experiências, a fim de terem acesso a respostas de difícil acesso para elas.

5.4. Espanha

Foram realizadas 27 entrevistas pela associação de municípios de Ribera Alta como parte da recolha de dados, incluindo 12 do setor público e 15 do setor privado. Para o primeiro setor mencionado, os participantes foram particularmente representativos das autoridades públicas locais, da Federação Valenciana de Municípios e Províncias, da associação voluntária de municípios e também das estruturas políticas e institucionais. Relativamente ao setor privado, provêm predominantemente de pequenas e médias empresas, seguidas por associações. O seu setor de atividade é bastante diversificado, pois inclui a agricultura, formação, horticultura, indústria metalúrgica, restauração, hotelaria, reciclagem, salão de beleza e granel.

60% dos participantes do setor público têm conhecimentos de economia social, pois estão envolvidos em projetos de desenvolvimento social e económico, mas também em formação e através de projetos europeus. Estão a apoiar a criação de empresas sociais e políticas adequadas para promover a economia social e parcerias. Quanto ao setor privado, alguns estão a trabalhar na exclusão social, na integração laboral e na economia circular. Contudo, algumas estruturas definem as suas atividades mais em relação à economia do bem comum. Além disso, o empreendedorismo social é visto como uma oportunidade de trabalho de acordo com o setor público. No entanto, o resultado acima referido não está de acordo com o do setor privado. Embora alguns mencionem a presença de oportunidades para a economia social, outros não sabem quais são as possibilidades.

O setor público propõe algumas iniciativas de trabalho em rede relacionadas com o ambiente e o bem comum, a rede de economia solidária e a formação através do pacto territorial para o emprego. Além disso, pode-se observar que uma parte das estruturas privadas não participa nos momentos de trabalho em rede organizados pelas autoridades públicas enquanto algumas estabelecem sessões de trabalho em rede. Em termos de recursos humanos para o setor público, todos não têm um departamento ou uma pessoa responsável pelo domínio da economia social. Algumas delas têm um departamento responsável, como o departamento de promoção económica, ou o departamento de emprego, formação e empreendedorismo. Quanto à integração laboral de pessoas desfavorecidas, algumas trabalham como trabalhadores públicos



Co-funded by
the European Union

Projeto BREED | Acordo de subvenção n. 101074094 - BREED - SMP-COSME-2021-RESILIENCE
O apoio da Comissão Europeia à produção da presente publicação não constitui um endosso do conteúdo, que refletem apenas a opinião dos autores, e a Comissão não pode ser responsabilizada por qualquer utilização que possa ser feita com as informações contidas nas mesmas.

temporários e podem obter contratos em algumas organizações privadas. Além disso, as estruturas privadas têm alguns problemas relativos à sua situação financeira. As fontes das suas receitas provêm das vendas de bens e serviços ou são poucas para contratar empregados.

As autoridades públicas propõem planos de ação para a promoção da economia social através da implementação de atividades económicas que geram emprego a nível local no domínio da formação, políticas de reciclagem e energias renováveis. São também propostas medidas financeiras indiretamente ou através de projetos europeus e organizações privadas estão atentas às subvenções e propostas públicas a nível regional, nacional e europeu. Contudo, a SRPP não é bem conhecida pelo setor público, uma vez que a maioria não sabe exatamente se a sua estrutura está envolvida nela. Apenas algumas entidades públicas já utilizaram este tipo de contratação para incorporar o impacto social e ecológico nas suas atividades. No geral, o setor privado não obteve contratos, com exceção de concursos para a implementação de um programa de objetivos de desenvolvimento sustentável. Embora a participação destes contratos públicos continue a ser mínima, ambos os setores não fazem ideia das barreiras que a podem limitar.

Finalmente, a colaboração entre o setor público e o privado é uma realidade. Eles cooperam para se apoiarem mutuamente, embora algumas estruturas privadas afirmem uma falta de parceria com entidades públicas. Estas cooperam com entidades que trabalham nos setores da agricultura e da energia através de uma troca de informações sobre as ajudas disponíveis, encorajamento e apoio. Ambos os setores desejam continuar e desenvolver a sua cooperação através de projetos com impacto social, económico e ambiental. Além disso, o setor privado destaca a necessidade das autoridades públicas colaborarem com organizações e empresas de pequena dimensão.

6. Conclusão

Como mostra este relatório, a economia social está a tentar encontrar o seu lugar a nível europeu, mas também a nível nacional, regional e local. Um plano de ação de economia social foi estabelecido pela Comissão Europeia, em dezembro de 2021, para responder às necessidades específicas e aos muitos desafios enfrentados pelas comunidades. Prevê várias e diferentes ações para impulsionar a economia social. O objetivo deste relatório era dar uma visão geral do contexto da economia social em quatro comunidades, nomeadamente Katerini (Grécia), Alcamo (Itália), Paredes (Portugal) e Ribera Alta (Espanha). Ao identificar as suas necessidades, a ideia é aumentar a capacidade das administrações públicas locais, das organizações da economia social e da sociedade civil para promover a mudança social e estimular as condições para a economia social.

No geral, a economia social é conhecida pelos setores privado e público, ao passo que em certas regiões, esta não está desenvolvida. A inclusão social, a integração laboral de pessoas desfavorecidas, o desenvolvimento de empresas sociais e a educação são as principais atividades das organizações públicas e privadas visadas no inquérito. Os setores de atividade



Co-funded by
the European Union

Projeto BREED | Acordo de subvenção n. 101074094 - BREED - SMP-COSME-2021-RESILIENCE
O apoio da Comissão Europeia à produção da presente publicação não constitui um endosso do conteúdo, que refletem apenas a opinião dos autores, e a Comissão não pode ser responsabilizada por qualquer utilização que possa ser feita com as informações contidas nas mesmas.

das estruturas apresentadas no presente relatório (secção 4.2) permitem uma visão das oportunidades de trabalho no domínio da economia social. Também facilitam a consideração de perspectivas a longo prazo com particular foco na integração profissional de grupos vulneráveis, criação de emprego, e empreendedorismo.

A falta de trabalho em rede foi reconhecida como uma necessidade fundamental a abordar, tanto pelo setor privado como pelo setor público. De facto, os momentos de trabalho em rede são urgentemente necessários para encontrar estruturas que trabalham no mesmo setor com valores idênticos. Isto facilitaria a promoção e o maior desenvolvimento da economia social nas regiões, a partilha de oportunidades e a criação de novas parcerias. No que diz respeito à cooperação, esta não está suficientemente desenvolvida, e a falta de colaboração tem um impacto negativo sobre as ações. Contudo, existe um forte desejo de criar ou reforçar parcerias entre os dois setores para implementar projetos conjuntos.

Além disso, as estruturas públicas e privadas têm também alguns elementos na equipa pertencente a grupos desfavorecidos, mas há ainda um esforço a fazer. Os departamentos que trabalham nas áreas social, empresarial e económica tratam das missões da economia social. Além disso, um agente responsável pela economia social será bem recebido pelas autoridades públicas, mesmo que se levantem dúvidas sobre a viabilidade legal e a pequena dimensão das entidades. Os recursos financeiros são também um ponto essencial, uma vez que encontram dificuldades que têm um impacto negativo no desenvolvimento do setor privado. Assim, o apoio financeiro público é crucial para elas. As medidas financeiras são parcialmente propostas (secção 4.5) pelas autoridades públicas, mas continuam a ser insuficientes. A maior parte do setor privado tem dificuldades de acesso e alguns deles preferem utilizar fundos privados. A contratação pública socialmente responsável é também problemática por razões de burocracia, conhecimento, compreensão e acessibilidade.



Co-funded by
the European Union

Projeto BREED | Acordo de subvenção n. 101074094 - BREED - SMP-COSME-2021-RESILIENCE
O apoio da Comissão Europeia à produção da presente publicação não constitui um endosso do conteúdo, que refletem apenas a opinião dos autores, e a Comissão não pode ser responsabilizada por qualquer utilização que possa ser feita com as informações contidas nas mesmas.